



Uma ajuda para Paula Teixeira da Cruz

DORA NOGUEIRA

Justiça. Sector quer solução para conflitos público vs. privado

Os prejuízos causados pela morosidade dos processos podem ser a diferença entre a vida e a morte

Advogados, juizes e procuradores vão apresentar ao governo um conjunto de soluções para melhorar a justiça administrativa portuguesa. A proposta será entregue à ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, até final de Outubro.

A ideia surgiu num almoço informal entre três advogados dos escritórios Vieira de Almeida & Associados: juntar todo o sector jurídico nacional e unir esforços para agilizar os processos que opõem Estado (público) e privados. A prática concretiza-se já esta sexta-feira, com a realização do primeiro fórum de reflexão e debate sobre justiça administrativa e fiscal, o REAJA – Reunião Anual de Justiça Administrativa.

A reunião anual da justiça administrativa é já sexta-feira, no CCB

O que pode melhorar através da lei e o que depende de advogados, juizes e procuradores serão os temas colocados à discussão. Na opinião de um dos mentores da iniciativa, Rodrigo Esteves de Oliveira, da Vieira de Almeida & Associados, “o nosso Código é avançado e está ao nível do dos países mais desenvolvidos do mundo. Onde ficamos a perder é na morosidade e isso não se resolve com novos artigos. Sabemos que existe um desfazamento entre a realidade da lei e a realidade das coisas.”

Rodrigo Esteves de Oliveira explica que “neste fórum não há a figura de principal culpado”, até porque os males da justiça são conhecidos por todos. O que se pretende é pensar medidas práticas para resolver os constrangimentos existentes.

“Este deve ser encarado como um movimento cívico, que quer encontrar soluções práticas e úteis” num momento em que a economia nacional atravessa uma crise profunda. E pretende ser mais um contributo para um dos objectivos fixado pela troika, o de melhorar o sistema judicial português. Estranhamente, neste caso o Memorando não fixa prazos para a aplicação de medidas.